

As derrotas de militantes negros nos processos eleitorais e os efeitos em novas mobilizações no campo político¹

Defeats of Black activists in electoral processes and their effects on new mobilizations in the political field

Las derrotas de los militantes negros en los procesos electorales y los efectos en las nuevas movilizaciones en el ámbito político



Joana Tereza Vaz de Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

joanateresa@gmail.com



Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

marcosfreire@ufrj.br

1

Resumo: Buscando contribuir com o campo de estudos que analisa a relação entre movimentos sociais e Estado, este artigo tem como objetivo central trazer o conceito de narrativas da derrota para o centro da análise a fim de entender como as perdas eleitorais de militantes do movimento negro produziram efeitos nos movimentos sociais. Utilizamos entrevistas e/ou declarações feitas por quatro candidatos militantes nas páginas dos partidos, em sites dos principais jornais, em blogs e nas redes sociais que se candidataram em, pelo menos, uma das quatro últimas eleições (2014, 2016, 2018 e 2020). Os resultados mostram que as perdas nas eleições foram frustrantes para cada um dos militantes e para os movimentos como um todo, mas produziram efeitos significativos na articulação de novas possibilidades de lutas e no impulsionamento de demandas para a reorganização das estratégias e das táticas utilizadas.

Palavras-chave: movimento negro; movimentos sociais; representação política; narrativas; legislativo.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq (Processo nº 164701/2022-2 e Processo nº 302842/2022-5 - PQ2). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na Área Temática AT15: Raça, Etnicidade e Política, no 13º Encontro da ABCP, em 2022. Os autores agradecem aos coordenadores e debatedores da AT pelas contribuições.

Abstract: Seeking to contribute to the field of studies that analyzes the relationship between social movements and the State, this article aims to bring the concept of narratives of defeat to the center of the analysis in order to understand how the electoral defeats of Black activists have produced effects on social movements. We used interviews and/or statements made by four activist candidates on party websites, major newspaper websites, blogs and social media who ran in at least one of the last four elections (2014, 2016, 2018 and 2020). The results show that the losses in the elections were frustrating for each of the activists and for the movements as a whole, but had significant effects on the articulation of new possibilities for struggles and on the promotion of demands for the reorganization of the strategies and tactics used.

Keywords: Black movement; social movements; political representation; narratives; legislative.

Resumen: Buscando contribuir al campo de los estudios que analizan la relación entre los movimientos sociales y el Estado, este artículo pretende llevar el concepto de narrativas de la derrota al centro del análisis para entender cómo las pérdidas electorales de los activistas del movimiento negro produjeron efectos en los movimientos sociales. Se utilizaron entrevistas y/o declaraciones realizadas por cuatro candidatos militantes en las páginas de los partidos, en los sitios web de los principales diarios, en blogs y en redes sociales que se presentaron al menos a una de las últimas cuatro elecciones (2014, 2016, 2018 y 2020). Los resultados muestran que las derrotas en las elecciones fueron frustrantes para cada uno de los militantes y para los movimientos en su conjunto, pero produjeron efectos significativos en la articulación de nuevas posibilidades de lucha y en el impulso de las demandas de reorganización de las estrategias y tácticas utilizadas.

Palabras clave: movimiento negro; movimientos sociales; representación política; narraciones; legislativo.

Data de recebimento: 04/11/2022

Data de aprovação: 14/03/2023

Introdução

Os anos de 2015 e 2016 foram de apreensão no campo político brasileiro por causa do conturbado momento político vivenciado no País. Havia também, em 2016, o vislumbamento do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ameaçadas pela onda conservadora que buscava assumir o poder, várias lideranças dos movimentos sociais começaram a pautar uma série de preocupações. Dentre os movimentos, diversos representantes de entidades do movimento negro no Brasil relataram, em suas redes sociais, as preocupações com o futuro do país, caracterizado historicamente pela subordinação dos negros à população branca. As preocupações giravam em torno do desmonte e fragilização de políticas públicas e Instituições Participativas (IP) garantidas a partir da Constituição de 1988 e impulsionadas a partir dos anos 2000, para a população negra. Dentre elas, destacam-se: as políticas públicas de ações afirmativas; as políticas de demarcação de terras quilombolas; políticas de combate ao genocídio da juventude negra; o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR); as Conferências de Promoção da Igualdade Racial em todos os níveis de governo; o Estatuto da Igualdade Racial, entre outras.

Nesse contexto, em fevereiro de 2016, o Geledés – Instituto da Mulher Negra publicou em seu site o seguinte relato: “Nós negros precisamos repensar nossa ação. Refletirmos onde nós contribuimos para a nossa fragilidade política e pouca legitimação, que torna possível que questões importantes sobre nossas vidas sejam tomadas por outras pessoas sem nos consultar” (MARCOS, 2016, on-line).

O relato acima questiona a representatividade dos negros nas arenas decisórias e apresenta várias possibilidades de análise sobre a atuação dos movimentos sociais, em específico do movimento negro, no campo político brasileiro.

Nos últimos anos, a literatura brasileira sobre movimentos sociais vinha sendo pautada pela tentativa de entender as dinâmicas relacionais entre ativistas dos movimentos e atores estatais. Esse

tema estava presente entre os estudiosos desde o final dos anos 1990, quando os governos federais buscavam estimular a participação da sociedade na discussão das políticas públicas.

O avanço das discussões sobre essa relação entre Estado e sociedade teve repercussões profundas na forma de compreender as dinâmicas e estratégias dos movimentos sociais na arena política. Diversos foram os estudos realizados em âmbito nacional (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; ABERS; VON BULLOW, 2011; DOWBOR, 2012; SILVA; OLIVEIRA, 2011) que demonstraram aspectos de mútua constituição entre movimento social e Estado, “avançando em caracterizar as interações e ultrapassar o eixo normativo que outrora guiou as análises sobre as relações entre essas esferas” (GUTIERREZ, 2018, p. 81).

Apesar desse avanço considerável sobre as formas de interação entre movimentos sociais e Estado, pouco se produziu no país sobre a temática das narrativas dos movimentos sociais e seus efeitos nas dinâmicas políticas e na própria reorganização das estratégias e táticas desses movimentos. Os poucos trabalhos produzidos sobre essa temática buscaram compreender como as histórias contadas sobre determinadas situações ou processos foram importantes para a construção de políticas específicas para cada grupo. Nesses casos, as políticas foram vistas como resultado das mobilizações discursivas, ou seja, como casos de sucesso dos movimentos sociais. Mas e quando os movimentos sociais sofrem derrotas?

O desconhecimento de estudos no Brasil sobre os efeitos da perda para os movimentos sociais nos motivou a buscar entender essa questão. Diante da lacuna existente nos estudos dos movimentos sociais sobre os efeitos positivos da derrota, buscamos compreender e enfatizar as possíveis consequências positivas da perda, tais como: inovações nas estratégias e táticas, reforço na identidade coletiva, reorganização social, entre outras.

Assim, este artigo tem como objetivo principal retomar as contribuições sobre narrativas e movimentos sociais e, mais especificamente, entender as narrativas criadas pelos movimentos a partir de

derrotas sofridas no campo político. Para tanto, utilizamos textos que exploram as consequências das perdas para os movimentos sociais (BECKWITH, 2015; GUPTA, 2009; TILLY, 1999). Mais especificamente, trabalhamos com o conceito de “narrativa da derrota” utilizado por Beckwith (2015, p. 2, tradução nossa), que significa um “discurso repetido que identifica a derrota ou perda, cria uma história sobre a derrota que vincula eventos selecionados em sequência causal dentro de um prazo identificável e tira conclusões sobre as razões da derrota” . Além desse conceito, trabalhamos a ideia de narrativa e sua relação com os movimentos sociais, a partir dos textos de Polletta (2006, 2008, 2013), e o conceito de repertórios de Tilly (2005) para compreender as atuações pós-perdas eleitorais dos militantes e também do movimento negro.

Para fins metodológicos, resolvemos optar por ilustrar a nossa discussão a partir das experiências de representantes do movimento negro que se candidataram em uma ou mais das últimas eleições (2014, 2016, 2018 e 2020) para cargos no legislativo e/ou no executivo e não obtiveram sucesso em alguma das candidaturas (caso de militantes que se candidataram mais de uma vez). A escolha dos militantes deu-se a partir de uma busca sobre candidaturas de pessoas negras nas eleições desses anos. Contactando atores envolvidos no movimento negro (em organizações diversas, coletivos, pesquisadores e articuladores de políticas públicas), buscamos indicações de ativistas que se candidataram e sofreram perdas eleitorais. Diante disso, optamos por militantes de partidos diferentes e por tentar abarcar a questão de gênero. Assim, realizamos, entre os dias 1 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022, entrevistas semiestruturadas com três militantes que se mostraram disponíveis a contribuir com a pesquisa: uma mulher filiada ao PSOL, uma mulher filiada ao PT e uma mulher filiada ao PCdoB; e utilizamos ainda entrevistas secundárias, retiradas de jornais e revistas, de um homem filiado ao PSOL na época da primeira candidatura.

A primeira entrevistada foi Aline Juliette, advogada e militante das lutas feministas e antirracistas, que fez parte do Coletivo Negras

de Periferia² e concorreu à eleição para vereadora em Natal, Rio Grande do Norte, em 2020, pelo Partido dos Trabalhadores (PT/RN). A segunda foi Josilene Oliveira, militante da Associação de Juventude pelo Resgate a Cultura e Cidadania (AJURCC³), candidata a vereadora de Campina Grande/Paraíba, em 2016, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2020, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB/PB), e eleita deputada estadual, em 2022, pelo PCdoB. A nossa terceira entrevistada, Laina, faz parte da Rede Nacional de Ciberativistas Negras e da ONG Tamojuntas⁴, foi candidata, sempre pelo PSOL/BA, a deputada federal pela Bahia, em 2018, a vereadora de Salvador, em 2020, e a deputada federal, em 2022. Por fim, utilizamos entrevistas de Douglas Belchior, representante da Uneafro Brasil⁵, que concorreu às eleições para deputado federal por São Paulo, em 2014 e em 2018, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/SP), e pelo Partido dos Trabalhadores (PT/SP), em 2022.

Como a ideia é captar o potencial das “narrativas da derrota”, utilizamos como fonte de informação principal as entrevistas em profundidade e declarações ou entrevistas desses militantes nas redes sociais (Facebook e Twitter), nas páginas de seus partidos, em sites dos principais jornais e revistas e em blogs. A partir de suas narrativas, buscamos capturar os “conceitos sensibilizadores” (VAN DEN HOORNAARD, 2013, p. 34), entendidos como “construções derivadas das perspectivas dos participantes da pesquisa, usando sua linguagem ou expressões [que] sensibilizem o pesquisador a possíveis linhas de investigação” (VAN DEN HOORNAARD, 1997, apud VAN DEN HOORNAARD, 2013, p. 34). Esses conceitos nos ajudaram a entender o ponto de vista dos entrevistados e a

6

2 O Coletivo Negras de Periferia é uma organização independente que atua nas periferias do Município de Natal (RN), cujas participantes se identificam como “mulheres pretas, trabalhadoras, mães, estudantes secundaristas e universitárias, em sua maioria pobres” (SILVA, 2018, p. 64) que se organizam e atuam no combate à violência de gênero, raça e classe.

3 A Associação de Juventude pelo Resgate a Cultura e Cidadania (AJURCC) foi criada em fevereiro de 2004, por um grupo de jovens de São José da Mata, distrito do município de Campina Grande (PB), e se define como “uma associação de jovens que diante da lacuna existente nos aspectos culturais e político-social, se articula para desenvolver atividades que estimulem a participação dos jovens nos espaços de construção das políticas públicas de juventude, bem como atividades de cunho cultural e de lazer” (CENTRAC, 2022, on-line).

4 Organização feminista composta por mulheres profissionais que atuam voluntariamente na assistência multidisciplinar a mulheres em situação de violência e que possui voluntárias em diversas regiões do Brasil (<https://tamojuntas.org.br/>).

5 A Uneafro é uma rede de articulação e formação de jovens e adultos moradores de regiões periféricas do Brasil que se organiza em torno de núcleos: de cursinhos pré-vestibulinhos, pré-vestibulares, pré-concursos, formação para o mercado de trabalho, cursos de formação política, de gênero, antirracistas, de diversidade sexual, combate às drogas e aperfeiçoamento jurídico (<https://uneafrobrasil.org/>).

contar as histórias das perdas dos militantes do movimento negro nas eleições, construindo, assim, as “narrativas da derrota”.

Essas informações são importantes para entender como essas derrotas impulsionaram o movimento negro para debater questões da política partidária no país e/ou repensar estratégias e repertórios a fim de influenciar a agenda política. Utilizamos a “narrativa da derrota” expressa na fala dos entrevistados para compreender as lições aprendidas e as mudanças empreendidas após derrotas no processo eleitoral. Essas derrotas possibilitaram elementos importantes para a nossa análise e, mesmo se tratando de casos específicos, podemos entender a complexidade do processo eleitoral no Brasil quando se refere à representação de negros e negras no campo político-institucional.

Portanto, ancoramos nossas reflexões a partir da Análise da Narrativa, que, segundo Bastos e Biar (2015, p. 99), pode ser entendida como uma “área que agrega tanto abordagens estruturais quanto interacionais da narrativa em perspectiva discursiva”. Sob essa perspectiva, compreendemos, com base nos apontamentos de Lima e Bastos (2020, p. 183), que as narrativas dos nossos entrevistados sobre suas trajetórias “podem ser entendidas como elaborações produtoras de gêneros e de aspectos atinentes à classe social [e à raça], à medida que atualizam esses sistemas gerais vigentes na sociedade, articulando, certamente, estrutura e prática sociais”. Nesse sentido, as histórias de vida advindas das entrevistas nos permitem fazer relações com o contexto sócio-histórico, possibilitando observar as identidades sociais construídas e que “se deixam transparecer nas histórias de vida porque, a partir delas, constroem-se os sentidos de adesão que os enunciadores reivindicam para si mesmos” (LIMA; BASTOS, 2020, p. 189). As histórias sobre a inserção na disputa política são analisadas compreendendo todo um contexto vivenciado no momento em que as entrevistas são realizadas, por isso as interpretações devem ser conduzidas conforme os contextos se apresentam. A Análise de Conteúdo foi utilizada como procedimento para analisar as entre-

vistas, utilizando a correspondência entre o empírico e o teórico (BARDIN, 1977). Assim, para nossa análise crítica, utilizamos algumas etapas propostas pela autora: a pré-análise do material coletado (leitura e escolha do material a ser analisado); e a exploração do material, através da observação da pertinência de algumas palavras, o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento. Nos atentamos, conforme nos indica a autora, ainda, para o emissor da mensagem (nosso entrevistado), quem recebe a mensagem (no caso, os pesquisadores) e a mensagem propriamente dita.

Diante do exposto, este artigo se estrutura da seguinte forma: a primeira seção traz uma discussão acerca do arsenal teórico-metodológico das narrativas e movimentos sociais, focando no conceito de “narrativas da derrota” e nos repertórios utilizados pelos movimentos sociais; a seção dois apresenta as trajetórias dos militantes, explorando ações no campo político; a seção três foca nas “narrativas da derrota” e em como elas tiveram impactos positivos em novas mobilizações, ou seja, destacamos a importância de uma abordagem reflexiva das estratégias discursivas dos militantes, a fim de promover uma compreensão mais abrangente dos debates sobre a participação do movimento negro no processo eleitoral. Por fim, as considerações finais retomam os principais argumentos do artigo.

Aporte teórico-metodológico: movimentos sociais e o conceito de “narrativas da derrota” e repertórios de ação

Assume-se, neste trabalho, que a discussão sobre as narrativas utilizadas pelos movimentos sociais ajuda a compreender a relação destes com o contexto político. A utilização da narrativa como aparato teórico-metodológico permite aos estudiosos dos movimentos sociais conhecer o contexto social em que as ações transcorrem. As narrativas são recursos essenciais dos ativistas que procuram por meio delas mobilizar mais pessoas, trazer apoiadores, influenciar decisões políticas e manter as ações dos movimentos (POLLETA;

GARDNER, 2015). Ainda para Polleta (2013, p. 1), “uma narrativa ou história é um relato de uma sequência de eventos na ordem em que ocorreram para fazer valer um ponto de vista”.

De acordo com Coley (2015), as narrativas devem ser entendidas como meios capazes de potencializar o envolvimento de atores em movimentos sociais. Os enredos, personagens e a moral das narrativas incentivam os espectadores para a ação coletiva. Assim, os personagens seriam os agentes simbólicos desse processo. Entende-se que o uso da narrativa faz parte de uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais, buscando legitimar-se, ressignificar-se e constituir-se como elemento central no campo político.

Utilizando a abordagem do interacionismo simbólico, Van den Hoonaard (2013) busca contribuir com a discussão entendendo como uma história contada por um indivíduo pode traduzir as histórias de uma coletividade. Nesse sentido, é possível entender a cultura da vida social através da história de um indivíduo. Concentrando sua pesquisa em mulheres iranianas idosas, viúvas e refugiadas no Canadá, a autora mostra como uma história pessoal de cada uma desses personagens silenciados pode demonstrar o significado social de uma situação complexa e partilhada entre elas.

Enquanto “dependentes e limitadas por evidências, narrativas são construções interpretativas seletivas e, portanto, múltiplas narrativas podem ser produzidas a partir de mesmo movimento social” (BECKWITH, 2015, p. 4). Para Davis (2002), a construção das narrativas configura um processo social que engaja pessoas em uma relação comunicativa.

No que se refere ao movimento negro, compreendemos que, por ter uma trajetória forte de mobilizações no Brasil, pode ser capaz de produzir uma história que causa impacto maior que outros movimentos mais recentes. Inclusive no processo de perda de direitos, ele tem condições mais fortes de superar e se reorganizar para pautar novas mobilizações. Conforme destacou Voss (1998 apud POLLETTA, 2013, p. 3), “[...]grupos de movimentos que possuem fortes tradições narrativas de superação, são mais capazes de suportar reveses do que aqueles que não possuem tais tradições”.

Apesar de no Brasil a discussão sobre narrativas e movimentos sociais não aparecer com tanta frequência na literatura, esse debate tem sido feito nas últimas décadas nos Estados Unidos como tentativa de abordar lacunas conceituais presentes em algumas das principais discussões sobre enquadramento, identidades coletivas e análise do discurso, por exemplo. Entretanto, nem aqui, nem lá procurou-se compreender as narrativas das derrotas sofridas pelos movimentos sociais (BECKWITH, 2015).

Segundo Beckwith (2015), ativistas podem entender as perdas não apenas como uma derrota efetiva, mas como um processo de aprendizado político que inspira táticas e inovações que possibilitam uma “segunda tentativa”, ou como uma faísca que incentiva e aprofunda o engajamento coletivo. Ainda segundo a autora, muitos estudos têm sido feitos buscando entender o que levou às derrotas dos movimentos em determinados contextos, mas poucos estudos têm buscado entender os efeitos dessas derrotas para os movimentos. Assim, ela procura mostrar as consequências positivas das perdas a partir das “narrativas da derrota”. Segundo ela, “narrativas da derrota nos movimentos sociais podem servir para explicar os resultados positivos da perda” (BECKWITH, 2015, p. 3).

A partir dessa ideia, a autora defende que entender o significado da perda para os movimentos pode desvendar novas formas de ação coletiva. Assim, “uma narrativa de derrota pode ser elaborada estrategicamente para fazer a perda parecer melhor ou pelo menos diferente a partir do que os fatos reais podem sugerir” (BECKWITH, 2015, p. 5).

A autora, baseada em sua pesquisa com o movimento trabalhista nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, elabora tipos de “narrativas da derrota” e seus impactos na remobilização dos movimentos sociais. Mesmo que baseado em um movimento específico, podemos utilizá-los como balizador das narrativas de outros tipos de movimentos sociais. O Quadro 1 adiante apresenta os tipos de narrativas da derrota propostos por Beckwith (2015):

Quadro 1 – Tipos de “narrativas da derrota” e oportunidades de remobilização

Tipos de narrativa da derrota	Provável impacto na remobilização
<i>A derrota como oportunidade de aprendizado.</i> Aceita a derrota como uma oportunidade de aprendizado; inclui afirmações do tipo: “não deixaremos que isso aconteça novamente”, “faremos as coisas de maneira diferente da próxima vez”, “aprendemos o que não funciona”.	Provavelmente apoiará a remobilização.
<i>A derrota como sobrevivência desafiadora.</i> Aceita a derrota parcial; inclui afirmações do tipo: “demos o melhor que conseguimos”, “não fomos derrotados”, “eles não querem passar por isso novamente”.	Provavelmente apoiará a remobilização.
<i>A derrota como uma boa luta.</i> Valoriza a derrota; valoriza a própria luta. Tipo principalmente descritivo e que não extrai conclusões.	Improvável apoiar a remobilização.
<i>A derrota como trapaça.</i> Culpa o oponente por trapacear, saindo do normal repertório de contenção; afirma que os oponentes mudaram as regras, que nunca se comportaram assim antes. Sinaliza uma fraqueza estratégica.	Sem remobilização; erro estratégico; perdeu uma mudança no repertório.
<i>A derrota como traição.</i> Afirma a traição do próprio lado como explicação para a derrota. Sinaliza uma fraqueza estrutural.	Sem remobilização; sinal forte de que não se pode confiar no próprio movimento.
<i>Nenhuma narrativa de derrota</i> (VOSS, 1996).	Sem remobilização.

Fonte: Adaptado de Beckwith (2015, p. 7).

Para Beckwith (2015, p. 11),

Essa tipologia de “narrativas da derrota” oferece possibilidades de aprofundamento para compreender como aqueles que sofrem derrota política ou eleitoral podem sinalizar sua probabilidade de recuperação, articulando “narrativas de derrota” específicas.

Nesse sentido, as narrativas dos movimentos sociais, ao sofrerem perdas que geram a derrota, podem tomar diferentes caminhos, como mostra o Quadro 1. Cada tipo de narrativa induz o movimento aos próximos passos, sejam eles mais cautelosos ou mais resolutos.

Ao falarmos de “derrota”, entendemos que há, necessariamente, uma correlação de forças disputando objetivos distintos. Na seção seguinte, a fim de compreendermos como as ações do movimento negro se configuram como estratégias, analisaremos as táticas do movimento a partir do conceito tillyano de repertório.

1.1. Estratégias e repertórios dos movimentos sociais e as disputas no campo político

Em sua vasta obra sobre os movimentos sociais, Charles Tilly (2006a) se dedicou a estudar a ação coletiva levando em consideração as oportunidades e ameaças políticas oriundas do contexto político. Com isso, o autor postulou e difundiu as teorias do Processo Político e do Confronto Político, considerando que as mobilizações sociais estão inseridas em contextos que impulsionam ou ameaçam a agência dos movimentos. Avançando na sua conceituação das mobilizações coletivas, Tilly (2006b) trabalha o conceito de repertório, que se refere ao conjunto de estratégias e táticas utilizadas pelos movimentos. A conceituação dessa ideia foi avançando com o passar dos anos e sendo empregada em diversos contextos e estudos de caso pelo mundo que agregaram o conceito tillyano na tentativa de definir o conjunto de ações e formas de fazer política pelos movimentos sociais (ALONSO, 2012).

Segundo Tilly (2006b), para além do contexto político como pano de fundo da manutenção ou reorganização do repertório de ação coletiva, o regime (e suas mudanças) se configura como fator decisivo na influência das estratégias e ações empregadas pelos movimentos. Dessa forma, de acordo com Alonso (2012), o autor considerava uma diversidade de fatores (econômicos, sociais, políticos etc.) na conformação do repertório da ação coletiva, inserindo, assim, o culturalismo na sua teoria do processo político.

Avançando na sua própria conceituação, Tilly (1995) inclui o fator relacional na análise do repertório, afirmando que ele é resultado de um aprendizado social construído a partir de memórias,

relações sociais e significados, ao mesmo tempo em que manteve o aspecto do confronto na sua compreensão acerca da ação coletiva. Para Tilly (2005), o repertório enquanto conjunto de táticas e ações é um produto de ações históricas que se reproduzem com o passar dos anos e se moldam a partir da cultura e contexto vigente: marchas, ocupações, greves etc.

De acordo com Alonso (2012), as análises acerca do repertório de ação coletiva passaram a considerar, mais recentemente, a retórica dos discursos e narrativas políticas dos ativistas (GOODWIN, 2004; JASPER, 2004; POLETTA, 2006) e as identidades coletivas oriundas da ação política (MELUCCI, 1995). Nesse sentido, o legado do conceito tillyano reverberou por diversas pesquisas empíricas e teóricas que se debruçaram sobre questões discursivas, análises de instituições, repertórios institucionais etc.

No Brasil, o conceito de repertório tem sido relacionado com a discussão sobre as interações entre Estado e movimentos sociais, que ganhou fôlego nos anos 1990 e mais fortemente nos anos 2000, através da inserção de militantes na burocracia (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Somado a isso, o expressivo número de Instituições Participativas (IP) criadas nesse período impulsionou uma série de pesquisas sobre a participação institucional. Com o grande número de ativistas dos movimentos sociais inseridos nas IP e na burocracia, o conceito de ativismo institucional ganhou destaque na literatura brasileira. Assim, as pesquisas deslocaram a centralidade da análise da participação social majoritariamente baseada no conflito para a participação institucional ou para a interação e cooperação entre Estado e sociedade.

Dessa forma, o movimento negro, que historicamente tem se organizado em prol de políticas públicas e ações governamentais que garantam a igualdade racial e a efetivação dos direitos, passa a disputar também os espaços institucionais, como conselhos, conferências, secretarias de igualdade racial, fóruns etc., a fim de conquistar seus objetivos ao ampliar o leque de ações coletivas que empregam no campo político. Para Pettinichio (2012), os ativistas

institucionais são militantes que constroem oportunidades por dentro do Estado, pois na estrutura burocrática possuem acesso a poderes e recursos que seriam inviáveis sem a interação socioestatal.

O movimento negro está inserido nesse percurso de trânsito institucional, em que diversos militantes passam a ocupar cargos no executivo federal, nos governos subnacionais e nos municípios. Entretanto, o ativismo institucional não condiz apenas com a agência dos militantes no executivo, e estudos acerca do ativismo institucional no poder legislativo, como o de Pereira (2020), começaram a surgir recentemente no Brasil. A tentativa de influenciar e modificar as políticas públicas e o próprio rumo da política por dentro das instituições tem se tornado cada vez mais presente no repertório dos movimentos sociais. Dessa forma, as candidaturas negras têm se colocado como importantes instrumentos dessa “nova” forma de mobilização.

De acordo com dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (CHAGAS, 2020), nas eleições de 2020, pela primeira vez, o número de candidatos autodeclarados negros (276.000 ou 49,95% do total) foi superior ao de candidatos brancos (48,04%). Essa alteração foi fruto da mobilização do movimento negro em conjunto com atores estatais (e ativistas institucionais) na promoção e ampliação de candidaturas negras para o legislativo e dentro dos partidos políticos. Apesar da eleição de um número maior de negros nas eleições municipais de 2020, ainda há uma sub-representação expressiva no legislativo e no executivo brasileiro, o que revela as raízes da exclusão histórica vivenciada pelos negros no Brasil.

A reserva de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas para candidaturas negras, garantida pela Justiça Eleitoral, e a determinação do tempo de rádio e TV de maneira igualitária, 50% para mulheres brancas e 50% para mulheres negras representaram papel fundamental no aumento de candidaturas negras em 2020. Para Rodrigues (2022), o sistema político, ao mesmo tempo que pode impor limites e barreiras a determinadas demandas e grupos da sociedade, pode criar oportunidades políticas por meio de leis e mecanismos institucionais, contribuindo

para a entrada de pautas no campo político. Entretanto, para as próximas disputas eleitorais, se faz fundamental que esse aumento venha acompanhado do apoio dos partidos políticos, com suas candidaturas negras para além do fator financeiro.

Apesar do crescimento, apenas cerca de 40% das candidaturas negras tiveram êxito em 2020. Na disputa ao legislativo, 25.960 candidatos negros foram eleitos, o que representou 10% do número total de candidaturas (MM/LC, DM, TSE, 2020). Mesmo com um número de candidatos expressivamente superior ao ano de 2016, a última eleição para o cargo de vereador não apresentou uma diferença significativa na quantidade de eleitos: 42,1%, em 2016, e 44,7%, em 2020 (MM/LC, DM, TSE, 2020). A eleição de uma maioria de candidaturas brancas mantém a sub-representação nas casas legislativas municipais e é sentida mais fortemente nos cargos de prefeito: 67% dos eleitos são autodeclarados brancos e 32,1% são autodeclarados negros. Nessas eleições, os partidos que tiveram um maior percentual de candidaturas negras foram: Unidade Popular (UP) (69,9%) e PCdoB (66,4%) (RODRIGUES, 2022).

Mesmo com o tímido avanço na eleição de candidatos negros nos últimos pleitos eleitorais, a inserção de militantes na burocracia e o esforço de construção das candidaturas negras passam a compor o repertório do movimento negro e parecem ser uma aposta duradoura no Brasil. Mas quem são esses candidatos? Na próxima seção, analisaremos a trajetória de quatro militantes que se candidataram nas últimas eleições, a fim de nos auxiliar na compreensão acerca das trajetórias e narrativas que esses ativistas empregaram na campanha e como as derrotas eleitorais impulsionaram a reorganização da mobilização coletiva.

As trajetórias dos militantes e sua implicação para o processo político

De acordo com Losekann (2016), as especificidades que constituem as trajetórias biográficas, juntamente aos aspectos emocionais dos militantes, são essenciais no processo de identificação

coletiva. Para Pereira e Silva (2020, p. 625), os ativistas dos movimentos sociais “não constroem suas identidades apenas com referência a sua trajetória e ao movimento, mas também a partir das táticas que costumam adotar”. Dessa forma, entendemos aqui as experiências e vivências dos militantes como aspectos impulsionadores da mobilização coletiva, além de desempenharem papel fundamental na escolha das táticas e performances dos movimentos. Compreender de onde esses militantes vieram nos auxilia no entendimento acerca das motivações que o fizeram não apenas adentrar no movimento negro, mas se candidatar a um cargo legislativo.

Os quatro militantes aqui elencados registram que, nas suas trajetórias, as dificuldades financeiras estiveram bastante presentes, mas apontam também para as questões culturais da sociedade brasileira sobre como pessoas negras são tratadas no nosso país.

A trajetória de Douglas Belchior reflete essas dificuldades. Segundo informações retiradas do seu *blog* (DOUGLAS, 2022, online), ele teve uma infância dura, filho de migrantes de agricultores de Minas Gerais que foram tentar a vida em São Paulo. Dos sete aos doze anos, trabalhou nas ruas vendendo doces e balas. Depois disso, foi trabalhar, aos 13 anos de idade, numa fábrica de cimento e tijolos para fornos de usinas de aço e ferro. Percebe-se a migração rural-urbana como uma estratégia de sobrevivência de sua família e o trabalho infantil presente na vida de Douglas.

Laina Crisóstomo e Josilene Oliveira também apontam as dificuldades de suas infâncias. Ambas chamam a atenção para um contexto de abandono: no caso de Josilene, a criação feita pela tia-avó e, no de Laina, criada somente pela mãe. Porém, mesmo nesse processo, as duas destacam a referência de mulheres na vida delas. O relato de Laina Crisóstomo (entrevista concedida em 31 mar. 2022) mostra isso de maneira mais explícita:

Então, eu sou mulher preta, mulher lésbica, mulher do candomblé, mulher gorda e gosto de dizer que minha trajetória política nasceu desde que eu nasci, elas nasceram

juntas, pois fui criada por uma mãe solo, meu pai saiu de casa quando eu tinha 3 anos [...] minha mãe sempre dizia: ser mulher e preta e um processo duplamente violento, de silenciamento, de opressões.

Além da referência feminina, a Igreja também desempenhou um papel importante no caso das duas. Para Josilene Oliveira, a Igreja Evangélica foi sua referência quando criança, pois era o lugar de participação das mulheres negras de sua família. Aos dez anos de idade ela conhece a Igreja Católica, mas depois acaba voltando para o movimento evangélico, que, segundo ela, “era muito ainda na perspectiva da salvação [...] o despertar político aconteceu somente quando eu entrei na Universidade, no curso de Serviço Social, em 2001” (Oliveira, entrevista concedida em 30 mar. 2022).

A entrada na Universidade como um momento importante da trajetória política mostrou-se um fator comum entre os entrevistados. Todos eles destacam a importância do papel da educação superior na constituição de sujeitos políticos. A fala de Laina (entrevista concedida em 31 mar. 2022) revela isso:

Em 2004, eu entro na Universidade Católica de Salvador, cursando direito. Já entro acompanhando o centro acadêmico e no ano seguinte a gente ganha a gestão [...] Dali eu começo a me apaixonar pelo direito social [...] começo a atuar com comunidades quilombolas, com movimento de moradia. Nessa trajetória vou fortalecendo meus laços do direito com a política.

Aline Juliette também destaca o papel da Universidade na sua formação política, inclusive porque entra no centro acadêmico de Direito da UFRN na mesma gestão que a atual deputada federal Natália Bonavides (PT). Esse fator foi fundamental para a sua entrada na política partidária, conforme a fala abaixo:

Bom, minha trajetória política é mais próxima de uma política mais ampla na sociedade, começa no Centro

Acadêmico Amaro Cavalcanti, onde eu fui membro de várias gestões. Desde que eu iniciei o curso de Direito na UFRN, em 2010, e quem fazia parte da entidade era a atual deputada federal Natália Bonavides e outros companheiros [...] Então eu iniciei a minha militância política nesses diálogos acadêmicos, participando de plenárias e colegiados de curso. [...] Em 2016, eu tive uma participação política próxima da campanha de Natália para vereadora de Natal. Era uma colega de curso, né? E filiada ao PT, então a gente panfletou nas ruas, eu ia para reuniões na casa dela para pensar na campanha. (Juliette, entrevista concedida em 01 dez. 2021)

A militância estudantil e a Igreja também foram os pontos de encontro com a política para Douglas Belchior. Segundo informações extraídas de seu *blog*, ele “iniciou sua trajetória de ativismo político em grupos de juventude da igreja católica e no movimento estudantil secundarista. A partir de 1999 passou a construir o movimento de cursinhos populares e comunitários da Educafro” (DOUGLAS, 2022, on-line).

As referências construídas socialmente ao longo dos anos e da vida de cada militante estão sistematizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo das trajetórias dos militantes

Militante	Trajetórias
Douglas Belchior	Cresceu na Zona Leste de São Paulo. Trabalhou na infância. Participou da Pastoral da Juventude. Se formou em História pela PUC-SP e fez Mestrado em Ciências Sociais e Humanas na Universidade Federal do ABC. Na universidade, teve o primeiro contato com a política, se filiando ao PT, que integrou até 2003, e, posteriormente, ao PSOL, pelo qual foi candidato em 2012 e em 2018. Foi um dos fundadores do cursinho popular XI de Agosto, situado na Zona Leste da região metropolitana de São Paulo, que mais tarde veio a se articular para formar a rede de cursinhos do movimento social UNEafro Brasil, do qual Belchior é também um dos fundadores e um dos principais integrantes. Atualmente está filiado ao PT.

Aline Juliette	Natural de Roraima, filha de uma ex-empregada doméstica. No Ensino Médio, foi beneficiária da política pública de cotas, tendo ingressado no curso técnico integrado em Informática do IFRN. Fez graduação em Direito e foi membro do Centro Acadêmico de Direito da UFRN em várias gestões. Fez mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, também na UFRN. Ocupou a vaga de vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RN em 2017. Filiou-se ao PT em 2018 e foi candidata a vereadora de Natal em 2020. Participa do Coletivo Negras de Periferia.
Josilene Oliveira	Nascida em Campina Grande (PB), filha de uma mulher negra, trabalhadora doméstica e mãe solo, estudou em escola pública e ingressou no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde se graduou e concluiu Mestrado na mesma área. Sua atuação política começou desde cedo, no movimento estudantil, chegando a fazer parte do Centro Acadêmico de Serviço Social e concorrendo às eleições do Diretório Central dos estudantes da UEPB. No segmento juventudes, a militância iniciou-se com a aproximação das atividades da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); depois integrou a Associação de Juventude pelo Resgate a Cultura e Cidadania (AJURCC), da qual é sócia-fundadora. Atualmente é filiada ao PCdoB e vereadora de Campina Grande.
Laina Crisóstomo	Nascida em Salvador, criada pela mãe. Ingressou na Universidade Católica de Salvador, no curso de Direito, em 2004. Atuou no movimento estudantil, como membro do Centro Acadêmico. Trabalhou na prefeitura de Salvador com regularização de terreiros de candomblé. Foi filiada ao PT e, em 2016, filiou-se ao PSOL. Fundou a ONG Tamojuntas ⁶ , em 2016.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro acima nos permite perceber que a entrada desses militantes no movimento negro tem forte ligação com os aspectos familiares e espaços de socialização vivenciados na infância e principalmente na juventude. Além disso, as trajetórias estão relacionadas, de maneira geral, ao envolvimento em ações coletivas que tiveram início em espaços de educação, como a universidade. Além desses espaços e vivências, as situações de racismo sofridas pelos militantes configuram fatores impulsionadores da organização coletiva, com objetivos de compartilhar questões identitárias e o anseio de promover uma mudança estrutural nas relações sociais carregadas por desigualdades.

⁶ Segundo Laina Crisóstomo (CRISÓSTOMO, 2020, online), o Tamujuntas é um projeto criado junto com outras duas mulheres que atua dando assistência jurídica e multidisciplinar para defender mulheres que sofreram violência. Foi o movimento “Mais Amor Entre Nós”, de Salvador, do qual Laina participava em 2016, que deu a ela o insight para criar a Tamojuntas.

Em entrevista ao Correio da Cidadania, Douglas Belchior deixa isso bastante claro. Segundo ele,

A vida de uma pessoa negra num país racista como o nosso é completamente diferente de outra não negra. O negro aqui nasce condenado a enfrentar muito mais barreiras, impedimentos e negativas. Em todos os sentidos e quaisquer dimensões da vida. Uma pessoa branca, num país como esse, nasce com muito mais caminho aberto e possibilidades de desenvolvimento[...] Enfim, eu sempre senti a negação. Apesar de mostrar na prática a capacidade, a desconfiança sempre existe. É assim até hoje, na vida de todos os negros do Brasil (BRITO, 2017, on-line).

Os quatro militantes viveram algum tipo de constrangimento relacionado à questão racial. Antes de participarem do movimento negro, as reações diante do racismo marcado na sociedade brasileira eram de conflito ou silêncio. De acordo com as entrevistas, após a entrada no movimento negro é que a questão racial foi de fato pensada e discutida de maneira profunda pelos militantes, gerando uma conscientização e uma reflexão acerca das violências sofridas anteriormente.

Ao discutirem um modelo analítico que explique o processo de engajamento militante, Silva e Ruskowski (2016) afirmam que o engajamento militante representa uma expressão da participação ou do ativismo sociopolítico e é marcado por um conjunto de proposições e fatores. Para os autores, os processos sociais constituem mecanismos causais que explicariam o ativismo de militantes em diversas áreas. Silva e Ruskowski (2016) concluem que existem quatro perspectivas explicativas do engajamento: disposição, identitária, relacional e retributiva. Ainda para os autores, a socialização prévia condiciona as oportunidades e mediações entre o indivíduo e o coletivo. Entretanto, essas perspectivas não configuram uma lista estática de pré-requisitos do engajamento,

pois até mesmo a ausência de uma ou mais perspectivas pode ser substituída por outro aspecto elencado pelos autores.

No nosso caso, a questão identitária é inerente ao processo de conexão do militante com o movimento e se configura como fundamento da organização coletiva do movimento negro.

O ingresso na política partidária, as eleições e as narrativas da derrota

No Brasil, os espaços da política sempre foram ocupados por homens brancos em sua maioria. Como afirma Chaves (2020, p. 124), esse fato tem a ver com o processo de construção histórica da nossa sociedade, em que “apesar de gozarem formalmente do direito ao voto desde 1888, a população negra não participava ativamente do processo eleitoral até 1988”, ou seja, a inserção dos negros na política ainda segue sendo uma questão problemática e não resolvida. De acordo com Campos e Machado (2017), a sub-representação de negros na política está relacionada com as suas chances eleitorais frente às candidaturas de pessoas brancas, especialmente no que se refere ao acesso a recursos de financiamento de campanha, à classe de origem e às estruturas partidárias competitivas. Todas essas questões foram identificadas nas falas dos entrevistados.

Para Aline Juliette (entrevista concedida em 01 dez. 2021), candidata a vereadora em Natal (RN), em 2020, o período de campanha eleitoral foi difícil e apresentou desafios políticos desde o início. De acordo com a entrevistada, ela não fazia parte das dinâmicas partidárias (tendências, grupos setoriais) e o surgimento do seu nome para a disputa do pleito veio do esforço da Secretaria de Mulheres do PT. Segundo ela, isso se desdobrou em certo descrédito, tendo em vista que as dinâmicas internas dos partidos políticos desenhavam cenários de possíveis resultados eleitorais, desestimulando a então candidata:

Ouvi até algumas palavras de desincentivo, dizendo: “ah, mas a gente já sabe quem vai ganhar” ou “os candidatos que têm chances são esses”. E eu cheguei a pensar em entregar a candidatura, devido a falta de respeito, a falta de acolhimento, com a forma como a gente estava sendo tratado. E pensei realmente, só que em respeito a todas as pessoas que estavam se unindo e acreditando na nossa candidatura, e em todo um projeto político que eu venho construindo desde muito tempo, segurei a onda e não entreguei a candidatura. (Juliette, entrevista concedida em 01 dez. 2021)

Campos e Machado (2015) afirmam que a ausência de mulheres na política pode ser entendida, em parte, pelas dinâmicas partidárias que impõem limites e obstáculos ao acesso de mulheres às disputas eleitorais, dificultando, assim, o lançamento e a valorização de candidaturas femininas. Josilene Oliveira (entrevista concedida em 30 mar. 2022), candidata a vereadora de Campina Grande (PB), em 2016, e atual vereadora da cidade, também complementa o argumento a partir das dificuldades que enfrentou no processo de sua candidatura:

É um problema que a gente enfrenta com relação ao movimento negro, sempre tivemos muito problema. Em Campina Grande, o movimento sempre foi muito masculinizado e as figuras que estão a frente ainda acham que a gente tem que pedir a benção para qualquer coisa, como se a gente não tivesse autonomia de movimentar enquanto mulheres negras em movimentos, independente de estar no movimento negro ou não.

Assim como no caso de Aline Juliette, Josilene Oliveira ficou de fora da Câmara Municipal por poucos votos. Esse fator impulsionou, de certa maneira, uma mobilização ainda maior para a sua candidatura nas eleições seguintes, como ela afirmou:

A gente tinha tido um resultado diferente [...]. O sentimento foi de “foi por pouco”, a diferença foi de 200 votos pro último candidato. Mas sempre fica a sensação de que poderíamos ter feito mais. Esse sentimento ficou fermentando, lembro que fiquei muito arrasada no dia, chorei muito. (Oliveira, entrevista concedida em 30 mar. 2022).

O acúmulo político e o aprendizado organizacional acerca do funcionamento das dinâmicas eleitorais foram resultados da derrota nas eleições de 2016, mas representaram um estímulo para dar continuidade na candidatura no pleito seguinte: “fomos vendo que estávamos no caminho certo, a derrota foi muito difícil mas tivemos o termômetro de outras eleições. Conseguimos manter boa parte da equipe que estava com a gente em 2016” (Oliveira, entrevista concedida em 30 mar. 2022). A entrevistada afirma que a derrota em 2016 foi “pedagógica”, na medida em que vislumbrou a possibilidade de eleição de uma candidata negra, mulher e pertencente aos movimentos sociais, um perfil político distinto da maioria dos representantes de Campina Grande, que, de acordo com a entrevistada, é uma cidade conservadora que ainda reverbera antigas práticas e dinâmicas na política. Em 2020, Josilene vence as eleições como a vereadora mais votada da cidade e conquista a cadeira no legislativo municipal. De acordo com a entrevistada, essa conquista foi resultado da retomada do trabalho político após derrota eleitoral: “Em 2016 todo mundo disse: ‘não pode parar aqui’ e a gente não parou de fazer o que sempre fizemos: debater, discutir e levar o debate nos espaços” (Oliveira, entrevista concedida em 30 mar. 2022).

Douglas Belchior, candidato a deputado federal pelo estado de São Paulo pelo PSOL, foi uma das vozes que iniciou o debate sobre a dificuldade de financiamento de campanhas de negros mesmo em partidos de esquerda. Em uma fala, Douglas comenta sobre o racismo institucional sofrido, em 2018, dentro do partido:

É evidente que pesa também na decisão pela saída do partido, toda a violência política, a prática do boicote, do apagamento, do silenciamento, da desqualificação e do racismo institucional que sofreu nesses anos de embate sobretudo quando passei a questionar, a partir de 2016, em documentos e diálogos internos, até chegar à esfera pública em 2018, a conduta racista das direções de São Paulo, de correntes internas e da direção nacional do PSOL. (CARVALHO, 2021, on-line).

Para Campos e Machado (2015), ao contrário da discussão sobre a desigualdade de gênero, que resultou em cotas eleitorais que garantissem a proporcionalidade de gênero nas eleições, a discussão sobre desigualdade racial, e principalmente na política, é bem mais recente no Brasil. Os autores, em seu estudo acerca de candidaturas negras no legislativo de duas grandes cidades em 2012, apontam que o número de candidaturas de pretos e pardos foi baixo, mas a eleição desses candidatos foi menor ainda, proporcionalmente. Esse fenômeno pode ser explicado, mesmo que parcialmente, de algumas maneiras. Uma delas é o fato de que os candidatos pretos e pardos “possuem menos recursos simbólicos eleitoralmente valiosos (instrução e patrimônio, basicamente) que seus concorrentes brancos” (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 141). Outro fator é uma maior dificuldade em conseguir financiamento de campanha, em detrimento aos candidatos brancos. Por isso, para os autores, a competitividade eleitoral se torna desigual para os candidatos autodeclarados negros e pardos.

A exemplo disso, na legislatura passada (2019-2022), dos 23 partidos presentes na Câmara dos Deputados, apenas 10 possuíam algum tipo de instância que trate de questões raciais: “4 núcleos/apoios (MDB, Progressistas, PSDB, Cidadania), 1 setorial (PSOL) e 5 secretarias (PT, PSB, PDT, Solidariedade, PROS)” (RODRIGUES, 2022, p. 210).

Os entrevistados apontaram também para o racismo dentro dos próprios partidos de esquerda, a partir dos quais escolheram lutar e combater as opressões. Para Laina (entrevista concedida em 30 mar. 2022), “Na disputa interna do partido a gente sofre boicote e silenciamento porque a gente fala o que sente, a gente expressa nossos silenciamentos e opressões, e partidos de esquerda também oprimem, também são violentos, misóginos, racistas e a gente precisa fazer essa disputa no partido”. Corroborando com a fala de Laina, Douglas afirma que:

No campo da esquerda há o tabu do racismo [...]. Como eu sou do campo da esquerda e sempre valorizei esse lugar, é muito frustrante para mim perceber que eu fui mais um que não conseguiu alcançar lugares [...]. Historicamente, lideranças negras não têm espaço no campo da esquerda⁷ (DOUGLAS, 2018, on-line).

Rios (2014, p. 51) contribui com essa reflexão ao apontar que, mesmo nos anos 1980, num momento e contexto de aproximação das lutas dos movimentos com os setores de esquerda, os atritos entre ativistas negros e partidos se expressavam na “baixa permeabilidade dessas correntes partidárias [de esquerda] em absorver demandas de caráter não-classista”. Essa dinâmica foi sendo reconfigurada aos poucos na medida em que se iniciaram debates para articular as noções de classe e raça, num processo que possibilitou “a abertura para alianças e negociações com setores socialistas, universitários, intelectuais e alguns partidos no processo de abertura política” (RIOS, 2014, p. 51). Entretanto, as falas nos mostram que esse ainda é um processo em construção.

Portanto, precisamos repensar as estruturas partidárias no que se refere à questão racial, conforme destacamos nas falas e observamos nas narrativas de outros militantes do movimento negro: “com racismo, não há democracia”.

⁷ Entrevista aos autores e falas retiradas de uma entrevista concedida à Carta Capital em 2019.

A derrota: motivos para remobilização?

As perdas eleitorais nem sempre são motivos de desistência política, inclusive porque impulsionam, em alguns casos, a mobilização futura, como no caso de Douglas Belchior, que, embora tenha perdido as eleições de 2014 e 2016, atuou ativamente na fundação da Coalizão Negra por Direitos, em 2020. Apesar do resultado eleitoral ter sido negativo para os entrevistados nas primeiras candidaturas, alguns se motivaram a tentarem novamente por terem tido uma votação expressiva e, em certo sentido, até surpreendente no primeiro momento, conforme destaca Aline Juliette (entrevista concedida em 01 dez. 2021):

após a divulgação e o resultado final, eu recebi muitos parabéns. “Nossa! que alegria, foram quase três mulheres do PT à frente...”, e eu disse: eu nunca vi uma suplente ser tão parabenizada quanto eu fui nessa eleição. Então, para a gente, o resultado demonstrou o esforço que a gente teve, o discurso que a gente conseguiu trazer, de identificação com a população, porque eu não acho interessante ser algo somente retórico, eu acho que a gente precisa se conectar com o que as pessoas estão interessadas.

A entrevistada considera o resultado político satisfatório, tendo, por alguns momentos da apuração de votos, ficado à frente de outros candidatos e dentro das vagas dos eleitos. O saldo positivo, de acordo com ela, reflete numa maior inserção dentro do partido, na construção das instâncias partidárias e das tendências internas:

Para mim, eu saio com uma vitória política muito forte, de aprendizado, inicialmente. E depois, com o resultado de mais de dois mil votos, de 2.193, me coloco no lugar de respeitabilidade dentro desse coletivo partidário muito grande. Inclusive tenho maturidade eleitoral para enfrentar a perda, embora tenha sido uma vitória política na nossa

avaliação. Essa maturidade nos coloca numa posição de saber que conseguimos ultrapassar vários obstáculos. Eu comecei uma campanha do zero, e do zero inclusive em níveis de reais, pois eu não tinha dinheiro para fazer a campanha. Minha bolsa do mestrado tinha acabado em 2020 e eu não estava, antes, dentro de uma tendência organizada, uma militância profissional dentro do partido. (Aline Juliette, entrevista concedida em 01 dez. 2021).

Para Josilene Oliveira, a derrota veio combinada com o sentimento de que poderia ter tido mais tempo para o diálogo com outras pessoas, numa perspectiva pedagógica de compreender a complexidade da disputa eleitoral. Essa ressignificação de um resultado eleitoral não favorável para uma segunda candidatura está relacionada com o tipo de derrota denominado de “derrota como oportunidade de aprendizado” (BECKWITH, 2015), na qual o “derrotado” assume a perda mas a enxerga como uma possibilidade de avanço e aprendizado, articulando uma remobilização, ao destacar na sua fala aspectos positivos que podem ser extraídos da derrota, o que impulsiona, assim, novas articulações, inclusive mudanças partidárias para outras tentativas. Nas eleições seguintes, Oliveira se candidatou e conseguiu vencer. Atualmente (2023) é vereadora do município de Campina Grande (PB).

Para Laina Crisóstomo, as dinâmicas partidárias excludentes tiveram impactos significativos na sua primeira tentativa eleitoral. Esse descrédito e falta de apoio no partido foi também financeiro:

A gente não tinha certeza do resultado, a gente acreditava e ia. O partido dizia que eu ia ter 2.000 votos, tive uma quantidade de recurso muito pequena. Na última semana, eles diziam que eu ia ter 5.000, e eu tive 14.000. Foi muito louco, eles passaram a se culpar muito porque tinha chance da gente entrar no páreo se tivéssemos tido investimento real na candidatura. A gente não recebeu o resultado como derrota, talvez como derrota numérica, mas

como vitória política. Foi a certeza de que 2020 vinha aí e que nós íamos ganhar. (Laina Crisóstomo, entrevista concedida em 31 mar. 2022).

Assim, entendemos que o estímulo conquistado após a derrota eleitoral como deputada estadual também representa a derrota como oportunidade de aprendizado, resultado na sua eleição como vereadora dois anos depois.

Para Aline Juliette (entrevista concedida em 01 dez. 2021), os motivos da continuidade na política se deram, muito fortemente, após o resultado negativo:

tendo ficado atrás de duas mulheres negras e de um companheiro, também advogado, e apoiado por uma deputada federal, à frente de companheiros com mandatos, apoios enormes, e a gente sem todo esse aparato, faz com que eu enxergue esse alcance como uma grande vitória.

A força política conquistada no resultado que deixou Aline Juliette à frente de figuras com uma longa trajetória no Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte foi definidora nas mobilizações seguintes da ex-candidata, que passou a compor o mandato do senador Jean Paul, do mesmo partido, e posteriormente o Gabinete Civil do Governo do Estado, contribuindo para a consolidação do seu nome no campo político local. Porém, a vitória política extraída da derrota eleitoral representa desafios:

O resultado eleitoral que a gente teve não nos deixa deslumbrados. A gente analisa esse resultado obtido de forma muito positiva, com os pés no chão, sabendo que o resultado eleitoral não é estático, então não significa que a partir de 2.193 votos em 2020, automaticamente esses votos viriam em 2024. Existe um trabalho de manutenção desse capital político e de tentativa de fazer com que esse capital cresça nos anos seguintes. Então a gente está, nesse

momento, tentando reforçar a nossa militância, colocando a questão racial como central. (Aline Juliette, entrevista concedida em 01 dez. 2021).

O Quadro 3, a seguir, sistematiza as narrativas extraídas das entrevistas e as relaciona com os tipos de narrativas de derrota de Beckwith (2015). É possível perceber que todos os ativistas empregaram novas mobilizações, visando, principalmente, novas tentativas de eleição. Chama-se atenção para as diferenças das táticas utilizadas nas remobilizações:

Quadro 3 – As Narrativas da Derrota dos ativistas negros

Militante	Narrativa	Tipo de narrativa da derrota	Houve remobilização? Como?
Aline Juliette	“O resultado não nos deixa deslumbrados; estamos com os pés no chão; estamos tentando reforçar a militância”.	A derrota como sobrevivência desafiadora.	Sim. Acúmulo de capital político no partido (ingresso no Gabinete Civil e mandato); construção de tendência interna; captação de novos membros para filiação.
Josilene Oliveira	“Estávamos no caminho certo; conseguimos manter; não podemos parar aqui”.	Derrota como oportunidade de aprendizado.	Sim. Mudança de partido; nova tentativa de candidatura e vitória eleitoral.
Laina Crisóstomo	“Não recebemos o resultado como derrota; certeza que 2020 vinha aí e ganharíamos”.	Derrota como oportunidade de aprendizado.	Sim. Nova tentativa de candidatura e vitória eleitoral.
Douglas Belchior	“a esquerda tem dificuldade em reconhecer o movimento negro como força política. É como se a luta política negra não contasse, não fosse considerada. Só vale o que a branquitude organiza” (NUNES, 2021, on-line).	Derrota como traição. Afirma a traição do próprio lado como explicação para a derrota.	Sim. Mudança de partido; novas tentativas de candidatura; criação da Coalizão Negra por Direitos, em 2020.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Beckwith (2015) e em dados da pesquisa.

Observamos que as narrativas também são conjunturais, a depender do contexto político e da filiação partidária. Os casos acima mostram que, apesar da derrota, os militantes tentaram no-

vas possibilidades, inclusive Douglas Belchior, que, mesmo anunciando que não iria mais concorrer às eleições, resolveu mudar de partido (saiu do PSOL e foi para o PT) e se lançou novamente candidato a deputado federal em 2022, atingindo 50.391 votos, o que lhe rendeu uma vaga como suplente. Ao apoiar e atuar na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e participar do processo de transição, também em 2022, Douglas teve seu nome cotado para assumir cargo no primeiro escalão do governo federal, como ministro da Igualdade Racial, ou para ocupar a presidência da Fundação Palmares (BOMBIG, 2022, on-line). Entretanto, esses espaços foram ocupados por outros ativistas do movimento negro, como Anielle Franco⁸ e João Jorge⁹, respectivamente, configurando-se como uma outra derrota, mas que foi traduzida em apoio aos companheiros de luta. No cenário atual, Douglas continua atuando nas defesas das pautas antirracistas em articulação com redes internacionais e reforçando a necessidade de reconstrução de políticas públicas para combater as desigualdades e injustiças sociais no país. Em janeiro de 2023, Douglas postou em suas redes sociais a defesa permanente de um projeto democrático e em defesa do governo. Ele dizia em sua publicação no Facebook: “nosso governo será nas ruas ou não será! Precisamos manter a mobilização permanente nas ruas e praças, não só em Brasília, mas em todo o país! Precisamos ocupar as ruas contra o golpismo bolsonarista hoje ainda, amanhã e daqui por diante, sempre!” (BELCHIOR, 2023, on-line).

Percebemos, portanto, que a derrota, para ele, nos diversos momentos das perdas eleitorais, foi um processo de autorreconstruir juntamente à militância negra, em defesa do estado de direito e das pautas voltadas aos negros, sempre em alinhamento com as questões de combate ao racismo e ao conservadorismo.

Laina e Josilene tentaram novamente a candidatura em 2020 e tiveram êxito como vereadoras de Salvador e Campina Grande,

⁸ Anielle Franco é jornalista e ativista feminista e antirracista. Cofundou o Instituto Marielle Franco após o homicídio da irmã, então vereadora no Rio de Janeiro, em 2018.

⁹ João Jorge é presidente do Olodum, produtor cultural, dirigente carnavalesco, militante do movimento negro, advogado e mestre em direito público.

respectivamente. Em 2022, Laina se candidatou a deputada federal pelo PSOL, obtendo um total de 6.778 votos, mas não se elegeu. Após a derrota, ela continuou seu mandato coletivo na Câmara de Vereadores de Salvador e participou da mobilização favorável ao apoio do partido ao candidato eleito governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, do PT. Consideramos que a perda não a afastou das possibilidades de ocupar os espaços políticos de decisão como ativista e de se aliar ao outro partido de esquerda, no caso, o PT, mesmo que uma parte do PSOL não tenha esse mesmo entendimento. Segundo ela,

infelizmente, ainda existe um campo do PSOL que ainda é extremamente esquerdista, e entende que não quer e não precisa ocupar [espaços nos governos]. Para nós, é uma perda não compor enquanto bloco de partido, porque isso demonstraria força para a gente (LEITE; BONFIM, 2022, on-line).

Assim como Laina, Josilene Oliveira também se candidatou novamente, mas para o cargo de deputada estadual, pelo PCdoB, em 2022, obtendo 20.785 votos e ficando na suplência. Para ela, existe um processo de construção de candidaturas que resultam de um esforço de trabalho coletivo na militância diária. Mesmo sofrendo essa derrota, ela acredita que houve uma consolidação do seu nome como possibilidade de alternativa no cenário eleitoral estadual, uma mulher preta e com “outra forma de fazer política, uma forma de se fazer política construída e dialogada, a muitas mãos [...] foi muito bacana chegar a outras partes do estado. Que bom que temos um mandato que nos referência no campo da atuação política” (COM VOTAÇÃO..., 2022, on-line). Nesse sentido, compreendemos que, num processo entre a vitória, em 2020, e a derrota, em 2022, Josilene vem se fortalecendo no campo político, acreditando em outras candidaturas futuras e persistindo em seus objetivos, o que pode ser observado a partir das pesquisas de Beckwith (2015) sobre a persistências de militantes em atingir seus objetivos, mesmo mediante as derrotas.

Aline Juliette, a única das três que não assumiu a legislatura ainda, vem se movimentando no campo político para futuras eleições. Ela resolveu não se candidatar em 2022, mas, de acordo com sua entrevista, o acúmulo político da eleição de 2020 possivelmente resultará em nova candidatura em 2024. Atualmente, Juliette se encontra na 1ª suplência de vereadora e tem se reunido com apoiadores, feito formações políticas *online*, agregando novos filiados, além de ter passado a construir uma tendência interna do partido (Esquerda Popular Socialista).

Um último fator a ser destacado refere-se à análise feita por Beckwith (2015) que aponta que quando a derrota é vista como traição, não impulsiona novas mobilizações. No caso de Douglas Belchior, o fato de ter destacado que houve uma “traição” do partido a candidaturas de negros e negras não o fez desistir de outras possibilidades de mobilizações no campo político. Ele ainda tentou outras candidaturas após a primeira perda eleitoral e, em 2021 e 2022, buscou se articular internacionalmente em defesa das pautas raciais na agenda política.

32

Considerações finais

Visando contribuir com os estudos sobre movimentos sociais, representação e sub-representação política de negros e negras no Brasil, este artigo buscou oferecer uma análise das narrativas da derrota de quatro militantes do movimento negro que sofreram perdas eleitorais nas eleições para o legislativo, mas que se reconfiguraram em novas possibilidades políticas para pautar demandas na agenda política, seja concorrendo novamente a cargos públicos, seja atuando na militância, inclusive internacionalmente.

Nota-se, portanto, que as derrotas, aqui refletidas nas perdas eleitorais, não necessariamente possuem unicamente um fator negativo. Do ponto de vista pragmático, os ativistas que participam dos processos eleitorais entram para vencer, entretanto o espaço da eleição e toda a dinâmica que a envolve representam para os ativistas e para os movimentos sociais uma série de oportuni-

des para além do pleito eleitoral, entre elas: o fortalecimento de nomes no campo político, a divulgação das pautas dos movimentos, a disputa no campo das ideias e dos espaços partidários, entre outras. De acordo com as narrativas obtidas, percebe-se que ao conseguirem abraçar uma ou mais dessas oportunidades, os ativistas enxergam o resultado eleitoral (sendo ele positivo ou não) como uma vitória.

Ainda a partir das narrativas, observamos também que a persistência dos candidatos, mesmo após a derrota, em alguns momentos pôde ser observada ora como um conformismo ao abarcar nas análises os limites impostos às candidaturas negras, ora como uma resiliência baseada nos princípios coletivos do então candidato para com o seu movimento ou partido político.

Para o movimento negro, representado aqui pelas organizações que os entrevistados compõem, as perdas eleitorais resultaram em um processo de organicidade para os próprios coletivos na medida em que as candidaturas aglutinaram novos apoiadores, difundindo, conseqüentemente, as pautas estruturais do movimento. Assim, pode-se afirmar que não apenas a perda mas a expansão do debate realizado pelos candidatos no período eleitoral e a inserção das pautas no campo político podem refletir nos movimentos sociais a chegada de novos interessados em construir os coletivos, as organizações e os partidos políticos.

Portanto, destacamos que a disputa eleitoral tem se constituído enquanto ferramenta fundamental no processo de inserção e consolidação das pautas do movimento negro no campo político. É notável que, mesmo com as perdas eleitorais, o acúmulo produzido no processo eleitoral (experiência de campanha, relação com o partido etc.) produz ânimo e vontade de persistir na utilização da tática eleitoral ao permitir a percepção de que, de alguma maneira, existe retorno político, mesmo na derrota.

Entretanto, reafirmamos que o caminho da institucionalização das pautas do movimento negro no Brasil ainda é longo. As derrotas de séculos, referenciadas aos anos de exploração dessa

população, não podem ser tomadas somente como motivadoras de novas possibilidades, mas também entendidas como marcas que perduram na sociedade. Mesmo sabendo que os entrevistados constroem narrativas da derrota no sentido de impulsionar as lutas e enfrentar o sistema racista presente, existem frustrações e desafios a serem enfrentados. A recriação da Secretaria de Políticas Públicas para Igualdade Racial (SEPPIR), em 2023, recoloca a importância das pautas antirracistas para dentro Estado, mesmo ainda sendo frágeis as representações parlamentares, conforme destacamos ao longo do texto. Essas representações contam ainda com pouca permeabilidade, mas são tidas como apostas promissoras, pelos movimentos e pelos entrevistados, num futuro próximo.

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/8ZJqHY9tmRfj4x4Ny4SB7tL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martin Fortes, 1977.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 97-126, 2015.

BECKWITH, Karen. Narratives of defeat: explaining the effects of loss in social movements. **Journal of Politics**, Chicago, v. 77, n. 1, p. 2-13, Jan. 2015.

BELCHIOR, Douglas. **Douglas Belchior**. Brasília, 2023. Facebook: negrobeltchior. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=745307683631613&set=pcb.745307713631610&locale=pt_BR. Acesso em: 15 fev. 2023.

BOMBIG, Alberto. **Ativista Douglas Belchior ganha força para integrar governo Lula**. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/alberto-bombig/2022/12/08/douglas-belchior-e-favorito-para-ocupar-a-fundacao-palmeiras-sob-lula.htm>. Acesso em 13 fev. 2023.

BRITO, Gabriel. O debate sobre o racismo é a maior pólvora da luta de classes no Brasil. **Correio da Cidadania**, São Caetano do Sul-SP, 27 de nov de 2017. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/politica/12962-o-debate-sobre-o-racismo-e-a-maior-polvora-da-luta-de-classes-no-brasil>. Acesso em: 04 de abr. de 2022.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista Sociologia e Política**, Local, v. 61, n. 25, p. 125-142, mar. 2017.

CARVALHO, Igor. PSOL é acusado de racismo por ex-candidatos negros que anunciam suas desfiliações. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/psol-e-acusado-de-racismo-por-ex-candidatos-negros-que-anunciam-suas-desfiliacoes>. Acesso em 15 fev. 2023.

CHAGAS, Elisa. Candidaturas negras, femininas e indígenas aumentaram em 2020. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 14 out. 2020. Especial. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/14/candidaturas-negras-femininas-e-indigenas-aumentaram-em-2020>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CHAVES, Beatriz M. (Sub) representação de Negros e Mulheres no Poder Legislativo: uma análise dos resultados eleitorais à Câmara Municipal de São Paulo em 2020. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 123-135, jul./dez. 2020.

COLEY, Jonathan S. Narrative and Frame Alignment In Social Movements: Labor Problem Novel sand the 1929 Gastonia Strike. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 1, p. 58-74, 2015

COM VOTAÇÃO surpreendente para deputada, Jô Oliveira avalia eleições 2022. **Blog do Max Silva**, Campina Grande, 4 out. 2022. Disponível em: <https://blogdomaxsilva.com.br/com-votacao-surpreendente-para-deputada-jo-oliveira-avalia-eleicoes-2022/>. Acesso em 28 fev. 2023.

CRISÓSTOMO, Laina. No Tamojuntas conseguimos ver o feminismo na prática". **Tamojuntas**, Salvador, 05 de out. de 2020. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/laina-crisostomo-no-tamojuntas-conseguimos-ver-o-feminismo-na-pratica/>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

DAVIS, Joseph. Narrative and Social Movements: The Power of Stories. *In*: DAVIS, Joseph. (org). **Stories of Change**: Narrative and

Social Movements. Albany, New York: State University of New York Press, 2002. p. 3-29.

DOUGLAS Belchior, São Paulo-SP, 2022. Disponível em: <https://negrobelchior.com.br/>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.

DOUGLAS Belchior (PSOL) comenta a situação de candidaturas negras nas eleições. Publicado pelo canal Carta Capital. 2018. 1 vídeo (17min36seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNfTIHL04fA>. Acesso em 4 abr. 2022.

DOWBOR, Monika Weronika. **A arte da institucionalização:** estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 2012. 288f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOODWIN, Jeff.; JASPER, James MacDonald. (orgs.). **Rethinking social movements:** structure, meaning, and emotion. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

GUPTA, Devashree. The power of incremental outcomes: how small victories and defeats affect social movements organizations. **Mobilization**, local, v. 4, n. 14, p. 417-432, 2009.

GUTIERREZ, Karen Alves. Movimento social e a política pública de assistência social. **Lua Nova**, São Paulo, n. 105, p. 81-114, 2018.

IDEIAS Negras #33 | Douglas Belchior: é hora do nosso povo se autorrepresentar na política. **Portal Geledés**. São Paulo, 7 mar 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ideias-negras-33-douglas-belchior-e-hora-do-nosso-povo-se-autorrepresentar-na-politica/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

LEITE, Bruno; BONFIM, Lula. Laina sinaliza em favor do PSOL integrar governo Jerônimo e defende diálogo para que o partido

não rache. **Bahia Notícias**, Salvador, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/275631-laina-sinaliza-em-favor-do-psol-integrar-governo-jeronimo-e-defende-dialogo-para-que-o-partido-nao-rache>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LIMA, Fabio F.; BASTOS, Liliana Cabral. Entre a Análise Crítica do Discurso e a Análise de Narrativa: gênero e desigualdades sociais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, local, v. 2, n. 21, p. 182-202, 2020.

LOSEKANN, Cristina. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p. 121-164, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2388>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MARCOS para atuação do Movimento Negro no Brasil. Portal Geledés, Ilha de Santa Catarina, 03 de fev. de 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/2016-marcos-para-atuacao-do-movimento-negro-no-brasil/>. Acesso em 22 de jan. de 2020.

MELUCCI, Alberto. Individualization and globalization: new frontiers for collective action and personal identity. **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, Tóquio, v. 27, p. 129-142, ago. 1995.

MM/LC, DM, TSE. Mais de 40% dos candidatos negros das Eleições Municipais 2020 foram eleitos. Secom/TSE, Brasília, 20 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mais-de-40-dos-candidatos-negros-das-eleicoes-municipais-2020-foram-eleitos>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

NUNES, Caroline. Douglas Belchior sai do PSOL: "Esquerda não reconhece o movimento negro como força política". **Alma Preta**, São Paulo, 30 de set. de 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/douglas-belchior-sai-do-psol-esquerda->

nao-reconhece-o-movimento-negro-como-forca-politica. Acesso em: 20 maio 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p. 301-338, jan./abr. 2020.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila F. da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, mai./ago. 2020.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. **Sociology Compass**, Oxford, v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012.

POLLETTA, Francesca. **It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics**. Chicago: University Chicago Press, 2006.

POLLETTA, Francesca. Narratives. *In*: SNOW, David; DELLA PORTA, Donatella; KLANDERMANS, Bert; MC ADAM, Doug. (org.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. Londres: Blackwell, 2013.

POLLETTA; Francesca.; GARDNER, Beth Gharrity. Narrative and Social movements. *In*: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford: OxfordPress, 2015. p. 534-548.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. 2014. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Cristiano. Ativismo negro e inclusão do debate racial nos partidos políticos brasileiros. *In*: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022. p. 201-218.

SILVA, Brenda Beatriz. **O ativismo de organizações de mulheres negras em Natal/RN: resistências contra a desigualdade de raça, gênero e classe.** 2018. 85f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 187-226, nov. 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 89-124, set./dez. 2011.

TILLY, Charles. From interactions to outcomes in social movement. *In*: GIUGNI, Marco; McADAM, Douglas and TILLY, Charles. (org.). **How social movements matter.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 253-270.

TILLY, Charles. **Identities, boundaries & social ties.** Boulder, Colorado: Paradigm Publishers, 2005.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In*: TRAUGOTT, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action.** Durham, NC: Duke University Press, 1995. p. 15-42.

TILLY, Charles. **Why? What happens when people give reasons... and why.** Princeton: Princeton University Press, 2006a.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006b.

VAN DEN HOORNARD, Deborah K. Telling the Collective Story: Symbolic Interactionism in Narrative Research. **Qualitative Sociology Review**, Lodz, v. 9, n. 3, p. 32-45, Julho 2013.

VELASCO, Clara. Mesmo com aumento das candidaturas negras, Câmaras municipais seguem com maioria branca no país. **Portal G1**, 17 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/17/mesmo-com-aumento-das-candidaturas-negras-camaras-municipais-seguem-com-maioria-branca-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

VOSS, Kim. The Collapse of a Social Movement: The Interplay of Mobilizing Structures, Framing, and Political Opportunities in the Knights of Labor. *In*: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (ed). **Comparative Perspectives on Social Movements.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 227-258.

VOSS, Kim. Claim Making and the Framing of Defeats: The Interpretation of Losses by American and British Labor Activists, 1886–1895. *In*: HANAGAN, Michael; MOCH, Leslie Page; BRAKE, Wayne (ed). **Challenging Authority: The Historical Study of Contentious Politics.** Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1998.